



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2021

SUMÁRIO

1

MENSAGEM DOS ADMINISTRADORES

Pág. 3

2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pág. 6

3

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pág. 22

4

PARECER DA AUDITORIA

Pág. 70

5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Pág. 76

6

CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS ÚTEIS

Pág. 79



MENSAGEM DOS ADMINISTRADORES

Senhoras e Senhores associados,

O ano de 2021 se findou e ficamos todos com a mesma incerteza que começara em 2020, que não sabemos quando a pandemia do coronavírus chegará ao seu fim. Pelo contrário, novas cepas do vírus surgem trazendo de volta os dias sombrios do início do ano retrasado. A vacinação avançou, mas não trouxe a tranquilidade que todos esperavam de estarem imunes aos efeitos do vírus. Mas de fato, a nova cepa não é tão letal como as anteriores. Não conseguimos imunidade à doença, mas a menor letalidade é, sem dúvida, um feito que nos traz a esperança de que a pandemia, quem sabe, possa estar terminando. O certo é que aprendemos a conviver melhor com o vírus. Certos hábitos, esperamos que tenham vindo para ficar. O asseio das mãos, o uso do álcool para higienização, o uso de máscara quando estamos com qualquer tipo de enfermidade das vias respiratórias. Não queremos nos contaminar, mas, tão pouco queremos contaminar as outras pessoas.

No trabalho, novos hábitos também surgiram para ficar. O teletrabalho é uma realidade sem volta. Os treinamentos à distância, foram definitivamente implantados. As reuniões por videoconferência são, inquestionavelmente, mais eficientes. Viagens de negócios não existirão mais. Uma outra característica que surgiu com a pandemia, foi a forte obsolescência do atendimento presencial em nossas agências. Esse fato foi determinante na decisão tomada pelo Conselho de Administração, de encerrar as atividades presenciais de duas agências que passarão a atender aos associados, exclusivamente pelos canais digitais. Tudo isso trouxe uma enorme economia de recursos. Se por um lado, tivemos um crescimento dos custos operacionais pelo efeito do aumento da inflação mundial, por outro tivemos uma forte redução de despesas administrativas pelo uso mais eficiente dos recursos.

Nos negócios não podemos reclamar dos resultados. Comparando com o ano passado, as sobras cresceram 87,1%. Os juros pagos ao capital próprio de nossos associados foram 70% superiores aos pagos no ano anterior. De forma global, nossos resultados foram 80,8% superiores a 2020. Apesar desse bom resultado, ainda estamos distantes do período pré-pandemia. O maior problema ainda tem sido os altos níveis de provisionamento. As provisões para operações de crédito cresceram 82,2% de 2020 para 2021. Esse problema de provisionamento foi maior nas carteiras de crédito voltadas para as pessoas jurídicas.

A atividade econômica continua a apresentar sinais de recuperação, impulsionada fortemente pelo agronegócio, por outros setores industriais de forma mais moderada e pelas exportações. O setor de serviços começou, também, a se recuperar. O crescimento do PIB foi de 4,5%, de acordo com o IPEA. Foram criadas 2,7 milhões de vagas formais, de acordo com o novo CAGED. Mas a inflação fechou o ano com uma variação no IPCA de 10,06%.

Nosso foco continuará na ampliação do quadro de associados e nas operações de forma digital. Precisamos desenvolver novos produtos e serviços para nossos associados. O nosso compromisso será o estreitamento do relacionamento com todos aqueles que fazem parte do nosso universo.

Agradecemos aos nossos associados pelo apoio, confiança e preferência com que nos têm distinguido.

Carlos H. S. Ayres
Presidente

1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



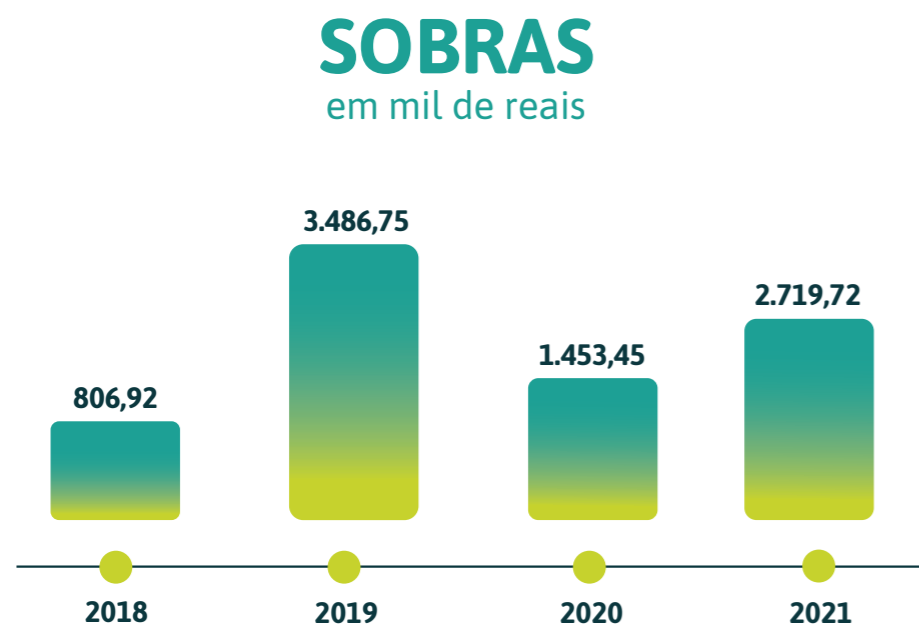
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. DESTAQUES DE 2021

Crescimento Sustentável com Rentabilidade

A Cooperativa apresentou, em 2021, uma forte melhora nos resultados. As sobras líquidas, inclusive dos atos não cooperativos, foram de R\$2.719,00 (dois milhões, setecentos e dezenove mil reais), antes da destinação específica para os fundos estatutários.



Os bons resultados da Cooperativa em 2021, foram sustentados por sua base de associados, que cresce continuamente, e que alcançou, 11.496 associados em dezembro, pelo contínuo crescimento da carteira de crédito, pela resiliência da gestão de riscos e por manter custos sobre controle com foco em produtividade.

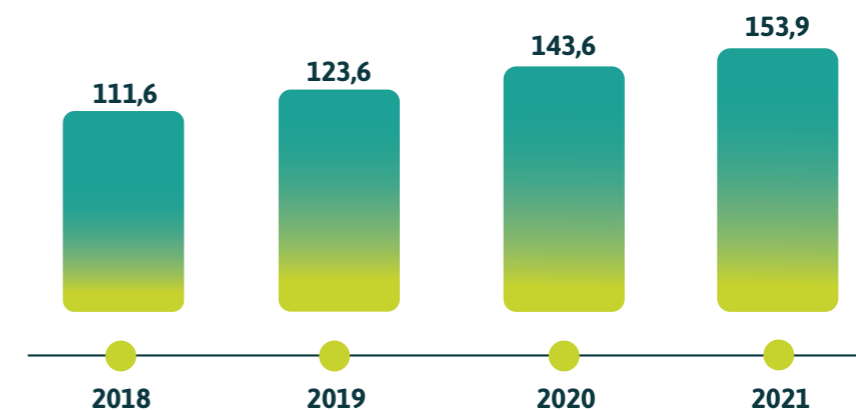
Crédito e Captação

O Crédito continuou a apresentar crescimento positivo nos últimos anos, alcançando o valor de R\$153,9 milhões em 31/12/2021. A maior parte das operações (71,1%) foram para as pessoas físicas, enquanto apenas 28,9% foram para as pessoas jurídicas. As provisões da carteira para crédito de liquidação duvidosa, também cresceram, de 9,63% para 9,72% da carteira. Este foi um dos efeitos ruins da pandemia.

Quanto à captação, o valor dos depósitos totais foi de R\$120 milhões, no final do ano, um crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior.

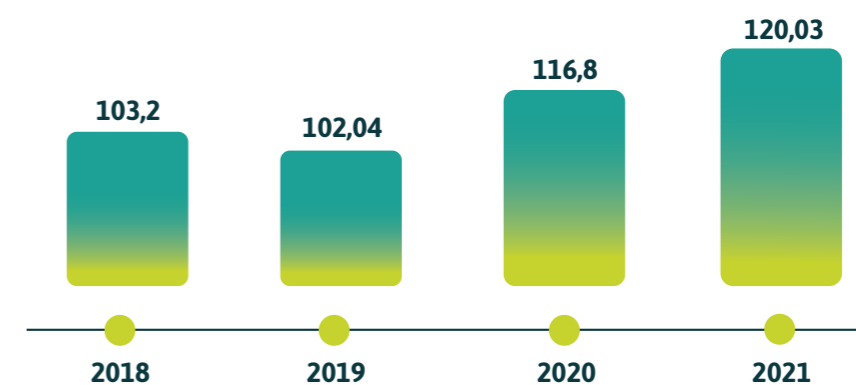
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

em milhões de reais



DEPÓSITOS

em milhões de reais



Qualidade dos Indicadores

A inadimplência de 90 dias sofreu uma redução para 4,05%, comparado com 5,61% em 2020. A redução da inadimplência ocorreu, tanto para as pessoas físicas que passou de 3,97% para 2,27%, quanto para as pessoas jurídicas, que passou de 9,24% para 8,5%, em 2021.

O Índice de Eficiência Padrão apresentou um pequeno crescimento, em termos de valores, passando de 59,32%, em 2020, para 61,33% em 2021. Já o IEP ajustado ao risco, passou de 85,31% em 2020, para 74,51% em 2021. Esse índice é altamente influenciado pelo Índice de Provisionamento que apresentou um pequeno crescimento em 2021, passando de 9,63% em 2020, para 9,72% em 2021.

O Índice de Basiléia apresentou uma pequena melhora, passando de 18,83% em 2020 para 19,1% em 2021.

O Patrimônio de Referência passou de R\$26,2 milhões em 2020, para R\$27,1 milhões em 2021. Os ativos totais passaram de R\$200,8 milhões, em 2020, para R\$208,5 milhões, em 2021.



2. FOCO ESTRATÉGICO

São nos momentos de maiores dificuldades que a visão estratégica sobre o negócio se torna ainda mais importante. Além disso, a tempestividade da tomada de decisão é, igualmente, crucial. Não basta saber os rumos do negócio se a decisão sobre os ajustes necessários aos novos rumos, não ocorrer no tempo adequado. Pode-se, com isso, determinar o fracasso de todo o planejamento.

A Cooperativa manteve, durante todo o ano passado, um acompanhamento contínuo do planejamento estratégico, por meio dos indicadores selecionados. Dessa forma, o Conselho de Administração tomou, no final do ano, uma importante decisão, encerrar as atividades presenciais em mais duas agências. Essas agências continuaram a existir prestando, apenas, um atendimento remoto a seus associados. Essa experiência não é nova na Cooperativa, já existe desde sua fundação, há 25 anos. Porém, nunca ocorreu com associados residentes na mesma localidade da agência, que é o que se trata dessa nova forma de fazer negócios. Atualmente, em ambas as agências, o percentual dos associados que se utilizam de serviços digitais ultrapassa 95%. Faltariam, portanto, menos de 5% dos associados, para adotar o relacionamento digital. Provavelmente esses associados ainda adotam os serviços presenciais, simplesmente porque esses estavam disponíveis. No momento em que se tornar necessário adotar os serviços digitais, temos certeza de que isso irá ocorrer. Prova disso está nos números da Agência Embrapa que ficou fechada por quase dois anos e mais de 99% dos seus associados passaram a utilizar os canais digitais.

O grande desafio para os tempos futuros é prover serviços digitais de qualidade, onde o associado possa encontrar todas as soluções para suas necessidades sem que, necessariamente, tenha que recorrer ao atendimento presencial. A Cooperativa está construindo uma nova parceria, nesse sentido, buscando junto a novos fornecedores, soluções para a implantação do SAC 4.0 e Serviço de Atendimento ao Cooperado de última geração.

3. CONTAS DIGITAIS

Outro ponto importante, é o crescimento da abertura de contas digitais. Esse número vem crescendo de ano para ano. Em 2019, 38,25% das contas abertas foram digitais. Em 2020, 59,9% e em 2021, 68,4%. Espera-se que, em 2022, mais de 80% dos novos associados, sejam digitais. Mas o maior desafio será tornar esses associados em cooperativistas e, não somente, meros usuários de serviços financeiros.

4. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está presente na forma de fazermos negócios e, também, no comprometimento que temos em fomentar o desenvolvimento do País. Buscamos crescimento contínuo, mas respeitamos os públicos com os quais nos relacionamos, as comunidades onde estamos presentes e o meio ambiente.

A percepção de que caminhamos em direção à transição para uma nova economia, com oportunidades e desafios de desenvolvimento, nos leva a incorporar, cada vez mais, aspectos sociais e ambientais na gestão da Cooperativa, a fim de garantir perenidade e o sucesso de longo prazo da Instituição.

A Política de Responsabilidade Socioambiental foi definitivamente implementada e uma avaliação a respeito do impacto do crédito, passou a ser exigida em todas as operações aprovadas pela Cooperativa, para os associados "Pessoa Jurídica".

Um dos objetivos estratégicos estabelecidas para 2022 é a implantação da ESG. (A sigla ESG, que vem do inglês *Environmental, Social and Corporate Governance*, ou seja, Governança Ambiental, Social e Corporativa). É uma avaliação da consciência coletiva de uma empresa para fatores sociais e ambientais. As ações estratégicas previstas são: Implantação da ISO37301 - Sistema de Gestão de Compliance, Implantação das boas práticas da ISO14001 - Sistema de Gestão Ambiental e Implantação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709).



5. GERAÇÃO DE VALOR



A Cooperativa registrou um crescimento do patrimônio líquido de 8,2%, em 2021, alcançando o valor de R\$48,6 milhões, no final do exercício. Nos últimos 4 anos, o crescimento do Patrimônio Líquido foi de 30,5%.

Um outro indicador importante são os ativos da Cooperativa, ou seja, seus haveres. Em 2021, os ativos alcançaram a cifra de R\$208,5 milhões, um crescimento modesto de 3,8% em relação ao ano anterior. Nos últimos 4 anos, os ativos totais cresceram 29,7%.

O Índice de Basileia foi de 19,1%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% (Regime Prudencial Simplificado) estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Em relação ao Patrimônio de Referência, este foi igual a R\$27,1 milhões. O grau de imobilização atingiu 21,7%, o menor valor já alcançado pela Cooperativa e, obviamente, dentro do limite máximo de 50% estipulado pelo Banco Central do Brasil.

A partir de 2021, o Estatuto Social estabeleceu que 60% das sobras serão destinadas à formação das Reservas Legais. Dessa forma, essas passaram de R\$11,7 milhões ao final de 2020, para R\$13,3 milhões em dezembro de 2021, uma variação de 14,0% no ano. Nos últimos 4 anos as Reservas Legais cresceram 59,7%.

A Cooperativa incentiva uma política de capitalização contínua por parte de seus associados. Essa política garante o cumprimento de regras do Banco Central do Brasil em consonância com o disposto no Acordo de Basileia III. Em 31/12/2021, o capital social alcançou o valor de R\$35,2 milhões, um crescimento de 4,8% em relação aos R\$33,5 milhões alcançado em 2020. O crescimento do capital social nos últimos 4 anos foi da ordem de 22,1%.

De acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, o capital social dos associados pode ser remunerado, no máximo, pela variação anual da taxa básica de juros da economia (SELIC), determinada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil. Os juros ao capital foram creditados na conta capital de cada associado em 31/12/2021. Em valores, o pagamento total de juros foi de R\$1,5 milhões, um crescimento de 70,3% em relação ao ano anterior. Em relação a SELIC, esse valor representou 100% de rendimento anual.

Em 2021, a Cooperativa obteve R\$2,7 milhões em Sobras Brutas, antes das destinações estatutárias. Um ótimo resultado num ano tão difícil quanto foi 2021. Se somado ao que foi destinado ao pagamento de juros ao capital, o resultado do ano foi de R\$4,2 milhões.

A captação de recursos é um importante instrumento de política voltada para o crescimento da Cooperativa. Graças a isso é possível atender às demandas dos associados. Em 2021, os depósitos totais alcançaram a cifra de R\$120,3 milhões, um modesto crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior. Nos últimos 4 anos o crescimento dos depósitos totais, foi de 16,3%. O crescimento da captação proporcionou uma queda no endividamento da Cooperativa, junto ao Bancoob e à Central. Assim, as obrigações por empréstimo que totalizaram R\$33,8 milhões, em 2020, passaram para R\$32,8 milhões, em 2021, um decréscimo de 3% no período.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito alcançaram a cifra de R\$153,9 milhões em 2021, um crescimento de 7,1% em relação a 2020. Foram 6.394 empréstimos realizados, uma média de 533 operações de crédito por mês ou 24 por dia. Nos últimos 4 anos a carteira de empréstimos cresceu 62,4%. Do total de operações, 60,7% foram empréstimos consignados em folha. As demais, com desconto em conta corrente, com risco mais elevado. Assumimos este risco para atender aos associados que, na sua maior parte, não têm limite de consignação no SIAPE. Em contrapartida exigimos mais garantias. Do total, 28,7% das operações foram para Pessoa Jurídica. O INAD90, no ano, foi 4,05%.

Em valores, a maior carteira é formada por operações consignadas em folha, totalizando R\$93,4 milhões. Em seguida são as operações de capital de giro para empresas com prazo superior a 365 dias, no valor de R\$41,1 milhões. O crédito pessoal sem consignação em folha é a terceira maior carteira, com R\$13,6 milhões em operações. As demais operações de crédito, incluindo cheque especial e conta garantida, totalizaram R\$5,6 milhões. O grau de provisionamento da carteira atingiu 9,72% do total, em razão da política de classificação de risco adotada pelo Sicoob.



7. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Cooperativa continua a fazer altos investimento em tecnologia e inovação para atender seus associados. As soluções de atendimento remoto continuam a ser priorizadas, pois entende-se que este é o caminho preferido de grande parte dos associados. As plataformas locais estão sendo modernizadas e novos sítios tecnológicos encontram-se em plena construção.

Nossas agências já atendem em horário diferenciado do sistema bancário, a partir das 10h da manhã. E na Agência Virtual, o atendimento começa às 8h e termina às 20h. O desafio é implantar uma nova estrutura de atendimento até as 22h, de segunda a sexta-feira. Espera-se, dessa forma, atender os associados em horário ampliado, fora da agência.

8. ASSOCIADOS

O quadro associativo da Cooperativa permaneceu praticamente inalterado em 2020. Encerramos o ano com 11.495 associados, um crescimento de menos de 1% no ano. Nos últimos 4 anos o crescimento foi de 27,1%. No ano, muitas contas inativas foram encerradas por desinteresse comercial. A Cooperativa prioriza o crescimento qualitativo de seu quadro social.



9. ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

• Agência Matriz – PA 00

Marília Cunha Rodrigues – Gerente
Edmilla Pereira Machado
Rayssa Ribeiro Amâncio

• Agência Embrapa – PA 01

Samia Khalil Abder de Carvalho Rahman – Gerente
Rafaela Rodrigues Pereira – Gerente de Relacionamento
Alessandra Silva de Brito
Kamilla dos Santos Pinto

• Agência 116 Norte – PA 02

Karoline Pontes Pereira – Gerente
Mariana Rodrigues da Silva - Aprendiz
Shellen Araújo Varela da Costa
Tatiele de Sousa Gonçalves

• Agência Alexânia– PA 04

Janaina Leite de Paiva – Gerente
Crislaine Alves Rabelo– Gerente de Relacionamento
Eduarda da Rocha Cabral
Rayane dos Santos Oliveira
Yasmin Sthefane Nogueira Silva

• Agência Águas Claras – PA 05

Letícia Dônola Pereira Souza - Gerente
Aline Athayde da Silva Buriel
Elizabeth Maria Malveira de Oliveira
Maria Aparecida Meireles Vieira

• Agência Digital – PA 97

Talita Silva Cortes - Gerente
Adriana de Sousa Nunes Valadão
Gabriela Matos de Sousa

10. UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD

• Agência Virtual

Maria Rosânia da Conceição Silva – Supervisora
Alex Lourenço Farias
Érica Cristina Peniche Martins
Evelyn Fernanda de Oliveira Nascimento
Fabiana Fernandes Oliveira
Francisca Leidiane Galvão de Araújo Mendes
João Victor Silva de Oliveira
Karine Rodrigues Carvalho
Luís Fernando Ferreira da Silva
Moises Lopes de Oliveira Neto
Rafaela Rodrigues de Souza
Regilene Nery da Cruz

• Assessoria de Comunicação

Paula de Jesus Oliveira Brito Costa - Supervisora
Kamilla Reis Amorim

• Setor de Crédito

Jovânia de Castro Magalhães – Supervisora
Ramon Rodrigues de Oliveira Rocha – Supervisor
Yane Oliveira Costa – Supervisora
Bruno Pereira Cabral
Keylla Ramos Dias
Letícia Hellen Silva Santos
Rodrigo Figueiredo da Silva

• Setor de Recuperação de Crédito

Adriana Régila Fernandes de Andrade Muniz – Supervisora
Deise Sales de Araújo
Gabriela Lorrane da Silva Monteiro

• Setor de Documentação e Cadastro – SDC

Roger William de Oliveira - Supervisor
Gabrielle Oliveira de Oliveira
Girlene Alves Pereira dos Santos Nascimento
João Victor Cardoso dos Santos - Aprendiz
Patrícia Raugusto Diniz
Randila Camila Silva dos Santos
Sueli Costa Silva Campos

10. UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD

• Setor Financeiro - SEFIN

Alison Miller Lacerda Nunes – Supervisor
Billy Santos da Silva
Clayton Alisson Rodrigues Mendes
Flávia Gonçalves de Miranda Andrade
Marcelo Carvalho Trindade Aguiar
Márcio de Sousa Lima

• Setor de Gestão de Pessoas

Hislana Nayara Cabral de Araújo Terêncio

• Setor de Pagamentos, Patrimônio e Logística

Kalliane Souza dos Anjos – Supervisora
Filipe Dourado dos Reis – Aprendiz
Lindoal Barbosa de Santana

• Setor de Qualidade e Compliance

Ana Cecília de Oliveira Magalhães Silva - Supervisora
Marina Marce Barbosa

• Setor de Tecnologia da Informação

Eduardo Araújo da Silva
Marcos Paulo Pereira Yamashita



11. GOVERNANÇA COOPERATIVA

A Governança Cooperativa é um modelo de direção estratégica fundamentado nos valores e nos princípios cooperativistas que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos cooperados (OCB, 2016).

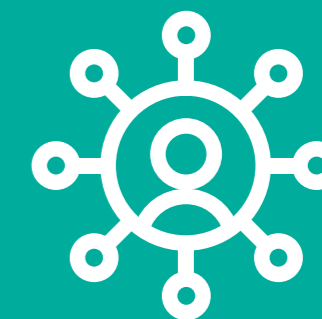
Visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação dos associados na gestão da cooperativa e à aplicação de princípios de segregação de funções, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e de prestação de contas da cooperativa.

Representação e participação dos associados – Na Cooperativa os associados são representados por 25 (vinte e cinco) delegados eleitos em assembleia geral do grupo seccional a que se vinculam.

Direção estratégica – Os Conselhos de Administração e Fiscal reúnem-se mensalmente com vistas ao cumprimento de suas atribuições e responsabilidades estatutárias. Essas reuniões favorecem o pleno exercício da direção estratégica da Cooperativa. A Cooperativa mantém, desde 2009, total segregação entre os poderes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Tanto os Conselheiros de Administração, como a Diretoria Executiva foram eleitos na AGO/2020, para cumprirem um mandato de 4 anos.

Gestão executiva – A Diretoria Executiva trabalha sob a égide do código de ética do Sicoob buscando sempre o pleno atendimento das necessidades dos cooperados. Ela tem como foco de sua atuação as operações de crédito e assistência financeira aos associados. Preza pela correta execução das políticas de qualidade, de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo e de gerenciamento de riscos. Cuida da política de comunicação e marketing. Exerce, enfim, todas as atribuições delegadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Fiscalização e controle – A Cooperativa é fiscalizada pelo Conselho Fiscal, pelos auditores e responsáveis pelo controle interno e risco do Sicoob Planalto Central e por uma auditoria externa independente. Os Conselheiros Fiscais foram eleitos na AGO/2019 para cumprirem um mandato de 3 anos.



Conselho de Administração

Carlos Henrique Simões Ayres – Presidente
Marcos Carlos – Vice-Presidente
Almir Felipe dos Santos
Glocimar Pereira da Silva
Jairo Vidal Vieira
Júlio José Modtkowski
Kepler Euclides Filho
Ruy Rezende Fontes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira – Coordenador
Fabiano Roza Cavour – Conselheiro Efetivo
Waldir Marques Giusti - Conselheiro Efetivo
Luiz Antônio Teston – Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Sílvia Regina Alves da Silva – Diretora-Presidente
Rosilene Pontes Lima – Diretora Administrativa-Financeira



Delegados Efetivos

Alexandre Peron Mendes - **DF - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**
Antônio Aparecido Guedes - **DF - Embrapa Cerrados**
Antônio Lúcio Gomes de Souza - **RJ - Embrapa Agrobiologia / Agroind. de Alimentos**
Eledison Silva Sampaio - **BA - Embrapa Mandioca e Fruticultura**
Emídio Casagrande - **PR - Embrapa Soja**
Joel Sebastião Lamóglia - **SE - Embrapa Tabuleiros Costeiros**
Miguel Ageu de Faria Gonçalves - **MS - Embrapa Pantanal**
Paulo César Santana Rodrigues - **DF - PA05 - Águas Claras**
Adalberto Azevedo Barbosa - **AP - Embrapa Amapá**
Carlos Antônio da Silva - **PE - Embrapa Semiárido**
Eliane Maria de Oliveira - **PB - Embrapa Algodão**
Maria Marlúcia Lemos - **RO - Embrapa Rondônia**
Telmo Luiz de Araújo - **RS - Embrapa Clima Temperado**
Vera Lucia Maria dos Santos - **PI - Embrapa Meio-Norte**
Marnine Lima de Aguiar - **AM - Embrapa Amazônia Ocidental**
Nizael Francislei Rosa - **SP - Embrapa São Carlos**
Quintino Izídio dos Santos - **MS - Embrapa Gado de Corte**
Ulisses Rogério Mendes - **SP - Embrapa Jaguariúna / Campinas**
Evelinne Maria Bastos de Araújo Cavalcanti Feitoza - **CE - Embrapa Agroindústria Tropical**
Antônio Alves Cardoso - **PI - Embrapa Meio Norte - Parnaíba**
Fabrício Eudo dos Santos - **PA - Embrapa Amazônia Oriental**
José Reinaldo Alves Borges - **BR - Aposentados**
Maria Aparecida Viegas Martins - **MS - Embrapa Agropecuária Oeste**
Tiago de Freitas Borges - **DF - PA02 - 116 NORTE**

Delegados Suplentes

Ângela Maria Batista - **RJ - Embrapa Agrobiologia**
Bruno Teruo Ochikubo - **PR - Embrapa Soja**
Dílson Barbosa de Brito - **BA - Embrapa Mandioca e Fruticultura**
João Batista Tavares da Silva - **DF - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**
José Marcos dos Santos - **DF - Embrapa Cerrados**
Kleber Tadeu Monteiro Vieira - **SE - Embrapa Tabuleiros Costeiros**
Marcos Jose Miranda Alves - **MS - Embrapa Pantanal**
Leandro Fernandes Damasceno - **AP - Embrapa Amapá**
Edmilson de Moura Dantas Junior - **PE - Embrapa Semiárido**
Luzia Feitosa de Oliveira - **RO - Embrapa Rondônia**
Qfrance de Lira Brito - **PB - Embrapa Algodão**
José Luiz de Paiva Silva - **RS - Embrapa Clima Temperado**
Antônio Argemiro Bastos Varjão - **AM - Embrapa Amazônia Ocidental**
Antônio Carlos Morasco - **SP - Embrapa São Carlos**
Maria Solange Martins - **MS - Embrapa Gado de Corte**
Alexandre Rita da Conceição - **SP - Embrapa Jaguariúna/Campinas**
Jordanna Maria Bastos de Araújo Cavalcanti Feitoza - **CE - Embrapa Agroindústria Tropical**
Adalberto Pinheiro Nery - **PA - Embrapa Amazônia Oriental**
José Américo Bordini do Amaral - **DF - Embrapa Sede**
Martha Rita Fernandes Ventura - **MS - Embrapa Agropecuária Oeste**
Samuel Silva da Mata - **BR - Aposentados**
Shirlene Moraes Rodopoulos - **DF - PA02 - 116 NORTE**

12. GESTÃO DE RISCOS

Administrar riscos é a essência da nossa atividade e uma responsabilidade de todos os colaboradores.

Para nós, sustentabilidade e satisfação do associado é fazer apenas negócios que são bons para todos. Por isso, nossa cultura gestão de riscos vai além de políticas, procedimentos e processos. Fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores. Avaliamos cuidadosamente a relação de risco e retorno, com o devido apreçamento do risco. Nossos negócios, produtos e serviços são diversificados, pois não temos apetite por volatilidade. Buscamos a excelência operacional.

Queremos ser uma instituição ágil, com infraestrutura adequada e estável. Promovemos um ambiente institucional íntegro, com ética e respeito à regulação, pois zelamos por nossa reputação. A Gestão de Riscos está normatizada pelas Políticas Institucionais e Manuais de Instruções Gerais aprovados pelo Conselho de Administração. Os principais tipos de riscos que devem ser mitigados são: risco de mercado e liquidez, risco de crédito, risco operacional e risco de segurança da informação. O gerenciamento de riscos objetiva garantir a aderência às normas vigentes de forma a mitigar os riscos, por meio das boas práticas de gestão.

13. COMPLIANCE E ÉTICA

A **Gestão de Segurança Corporativa e de Prevenção a Corrupção – Compliance**, tem a missão de zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio. É responsabilidade de todos conhecer e seguir as diretrizes da Política de Compliance, inclusive, promover, incentivar e participar de treinamentos anticorrupção.

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito, honestidade no relacionamento com nossos públicos, na qualidade dos nossos serviços e produtos, na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade socioambiental. Esses princípios éticos também se expressam nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a organização e para a sociedade. A Cooperativa é aderente ao Código de Ética institucional do Sicoob. **Durante o ano de 2021, nenhuma vez a Comissão de Ética precisou ser acionada**, mostrando o comprometimento dos Dirigentes com os princípios morais e éticos da organização.

14. AGRADECIMENTO

A confiança e o apoio dos associados, bem como o esforço e o primoroso trabalho dos nossos colaboradores e Delegados, contribuíram para ampliar as realizações e resultados do ano.

Essa rede de relações nos motiva e nos impulsiona a buscar continuamente a superação de expectativas e obter avanços cada vez mais consistentes. Não podemos deixar de registrar os agradecimentos aos Conselheiros Fiscais que dedicaram longas horas de trabalho ao acompanhamento dos atos de gestão e dos resultados ao longo do ano.

Tão pouco podemos ignorar o apoio recebido da equipe do Sicoob Planalto Central e da CNAC que, ao longo de todo exercício nos apoiou e contribuiu, sobremaneira, para que esses resultados pudessem ser alcançados. A todos, os nossos agradecimentos.

Brasília, 11 de fevereiro de 2021

Conselho de Administração e Diretoria Executiva



2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



1. BALANÇOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	208.501.213,68	200.784.432,00
DISPONIBILIDADES	1.810.875,10	969.056,82
Caixa	1.810.875,10	912.070,05
Depositos Banc. De Inst. Sem Conta Reserva	-	56.986,77
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	191.057.524,57	185.093.839,82
Relações Interfinanceiras	36.570.262,08	41.146.447,71
Centralização Financeira	36.570.262,08	41.146.447,71
Rec. Transf P/ Bcos Coop, Conf Ou Coop Centrais	36.570.262,08	41.146.447,71
Operações de Crédito	153.428.665,11	143.339.945,99
Empréstimos E Direitos Creditórios Descontados	151.428.426,54	142.107.662,84
Financiamentos	2.000.238,57	1.232.283,15
Outros Ativos Financeiros	1.058.597,38	607.446,12
Creditos Por Avais E Fiancas Honrados	487.686,44	321.596,12
Rendas A Receber	520.595,34	234.536,40
Títulos E Créditos A Receber	50.315,60	51.313,60
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(14.955.165,07)	(13.834.216,16)
(-) Operações de Crédito	(14.596.533,57)	(13.566.476,68)
(-) Provisão Para Empréstimos E Direitos Creditórios Descontados	(14.253.712,30)	(13.473.398,50)
(-) Provisão Para Financiamentos	(342.821,27)	(93.078,18)
(-) Outras	(358.631,50)	(267.739,48)
Com Características De Concessão De Crédito	(358.631,50)	(267.739,48)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	4.088,96	6.329,89
Impostos E Contribuicoes A Compensar	4.088,96	6.329,89
OUTROS ATIVOS	1.824.162,53	2.668.330,64
Adiantamentos E Antecipacoes Salariais	56.612,24	26.197,18
Adiantamentos Para Pagamentos De Nossa Conta	1.939,12	2.049,03
Adiantamentos Por Conta De Imobilizacoes	-	81.562,20
Devedores Diversos - Pais	9.545,20	42.762,34
Bens Nao De Uso Proprio	-	1.995.343,82
Material Em Estoque	37.279,63	48.083,75
Ativos Não Financ Mantidos Para Venda - Recebidos	1.600.000,00	-
Despesas Antecipadas	118.786,34	472.332,32
INVESTIMENTOS	22.862.406,43	19.283.415,55
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	22.862.406,43	19.283.415,55
IMOBILIZADO DE USO	10.351.533,16	10.187.064,52
Instalações	594.912,46	594.912,46
Móveis E Equipamentos	2.971.572,02	2.878.388,56
Veículos	60.497,08	102.787,08
Benfeitorias Em Imóveis De Terceiros	1.693.991,60	1.580.416,42
Imóveis	5.030.560,00	5.030.560,00
INTANGÍVEL	161.713,58	188.505,15
Sistemas De Processamento De Dados	137.473,58	164.265,15
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	24.240,00	24.240,00
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(4.615.925,58)	(3.777.894,23)
(-) Depreciação Acumulada De Ativo Imobilizado De Uso	(4.456.537,00)	(3.614.599,25)
(-) Amort Acum De Ativos Intangíveis	(159.388,58)	(163.294,98)
TOTAL DO ATIVO	208.501.213,68	200.784.432,00

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.501.213,68	200.784.432,00
DEPÓSITOS	120.028.128,73	116.806.746,48
Depósitos à Vista	28.420.772,70	24.799.249,76
Depósitos Sob Aviso	37.373,82	61.308,44
Depósitos à Prazo	91.569.982,21	91.946.188,28
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32.971.618,03	33.971.122,62
Obrigações por Empréstimos e Repasses	32.878.571,58	33.815.023,16
Emprestimos No Pais - Outras Instituicoes	32.878.571,58	33.815.023,16
Outros Passivos Financeiros	93.046,45	156.099,46
Recursos Em Transito De Terceiros	500,00	1.541,20
Cobranca E Arrecadacao De Tributos E Assemelhados	40.587,16	296,93
Obrigações Por Aquisicao De Bens E Direitos	51.959,29	154.261,33
PROVISÕES	546.106,67	309.552,56
Provisão Para Contingências	131.239,25	43.920,00
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	414.867,42	265.632,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	284.376,32	241.178,48
Impostos E Contribuicoes A Recolher	284.376,32	241.178,48
OUTROS PASSIVOS	5.042.309,54	3.710.318,49
Sociais E Estatutarias	2.831.334,12	1.434.708,02
Obrigações De Pagamento Em Nome De Terceiros	46.756,27	57.999,79
Provisao Para Pagamentos A Efetuar	1.029.813,46	1.397.498,63
Credores Diversos - Pais	1.134.405,69	820.112,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.628.674,39	45.745.513,37
CAPITAL SOCIAL	35.160.197,48	33.543.611,98
Capital Social	35.160.197,48	33.543.611,98
RESERVAS DE SOBRES	13.325.023,55	11.693.193,51
Reservas De Lucros	13.325.023,55	11.693.193,51
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.143.453,36	508.707,88
Sobras Ou Perdas Acumuladas	1.143.453,36	508.707,88
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.501.213,68	200.784.432,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	208.501.213,68	200.784.432,00
DISPONIBILIDADES	1.810.875,10	969.056,82
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	191.057.524,57	185.093.839,82
Relações Interfinanceiras	36.570.262,08	41.146.447,71
Centralização Financeira	36.570.262,08	41.146.447,71
Operações de Crédito	153.428.665,11	143.339.945,99
Outros Ativos Financeiros	1.058.597,38	607.446,12
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(14.955.165,07)	(13.834.216,16)
(-) Operações de Crédito	(14.596.533,57)	(13.566.476,68)
(-) Outras	(358.631,50)	(267.739,48)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	4.088,96	6.329,89
OUTROS ATIVOS	1.824.162,53	2.668.330,64
INVESTIMENTOS	22.862.406,43	19.283.415,55
IMOBILIZADO DE USO	10.351.533,16	10.187.064,52
INTANGÍVEL	161.713,58	188.505,15
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(4.615.925,58)	(3.777.894,23)
TOTAL DO ATIVO	208.501.213,68	200.784.432,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.501.213,68	200.784.432,00
DEPÓSITOS	120.028.128,73	116.806.746,48
Depósitos à Vista	28.420.772,70	24.799.249,76
Depósitos Sob Aviso	37.373,82	61.308,44
Depósitos à Prazo	91.569.982,21	91.946.188,28
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32.971.618,03	33.971.122,62
Obrigações por Empréstimos e Repasses	32.878.571,58	33.815.023,16
Outros Passivos Financeiros	93.046,45	156.099,46
PROVISÕES	546.106,67	309.552,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	284.376,32	241.178,48
OUTROS PASSIVOS	5.042.309,54	3.710.318,49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.628.674,39	45.745.513,37
CAPITAL SOCIAL	35.160.197,48	33.543.611,98
RESERVAS DE SOBRAS	13.325.023,55	11.693.193,51
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.143.453,36	508.707,88
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.501.213,68	200.784.432,00

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.429.206,96	31.371.954,91	29.127.518,43
Operações de Crédito	16.177.781,89	29.604.596,23	28.033.448,96
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.251.425,07	1.767.358,68	1.094.069,47
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.026.179,41)	(14.463.235,47)	(14.053.134,18)
Operações de Captação no Mercado	(2.571.100,91)	(3.916.848,26)	(3.673.859,20)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.185.138,98)	(1.871.065,23)	(1.040.283,08)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.269.939,52)	(8.675.321,98)	(9.338.991,90)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.403.027,55	16.908.719,44	15.074.384,25
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.839.386,09)	(12.342.848,11)	(12.486.407,70)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.118.265,17	2.295.661,23	2.254.810,31
Rendas de Tarifas	381.926,77	867.005,21	1.462.153,59
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.609.089,97)	(8.749.156,52)	(8.981.603,05)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(3.809.192,41)	(7.878.019,94)	(8.900.830,10)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(94.525,32)	(215.411,79)	(296.173,76)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	649.023,99	2.288.638,48	2.579.835,60
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(475.794,32)	(951.564,78)	(604.600,29)
PROVISÕES	(209.837,40)	(261.478,07)	(83.289,54)
Provisões/Reversões para Contingências	(141.883,30)	(112.243,21)	(81.378,03)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(67.954,10)	(149.234,86)	(1.911,51)
RESULTADO OPERACIONAL	1.353.804,06	4.304.393,26	2.504.687,01
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	54.976,84	7.577,43	(44.174,82)
Lucros em Transações com Valores e Bens	39.127,84	39.127,84	-
Ganhos de Capital	25.922,55	58.554,71	51.448,51
Rendas de Aluguel	-	-	1.170,00
(-) Perdas de Capital	-	(14.294,94)	(20.513,64)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(10.073,55)	(75.810,18)	(76.279,69)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.408.780,90	4.311.970,69	2.460.512,19

3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(46.730,77)	(101.178,87)	(131.270,49)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados	(22.978,17)	(52.128,77)	(74.441,62)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados	(23.752,60)	(49.050,10)	(56.828,87)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	1.362.050,13	4.210.791,82	2.329.241,70
JUROS AO CAPITAL	(416.414,13)	(1.491.075,08)	(875.790,59)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	945.636,00	2.719.716,74	1.453.451,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	1.362.050,13	4.210.791,82	2.329.241,70
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.362.050,13	4.210.791,82	2.329.241,70

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	31.817.645,06	(949.461,33)	10.063.204,95	11.646,66	60.567,81	1.917.712,74	42.921.315,89
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	0,00	0,00	697.350,08	320.362,66	0,00	(1.017.712,74)	0,00
Distribuição de sobras para associados	892.737,69	0,00	0,00	0,00	0,00	(900.000,00)	(7.262,31)
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	0,00	(186.249,32)	0,00	0,00	(186.249,32)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.786.778,66	(468.076,25)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.318.702,41
Por Devolução (-)	(2.391.218,90)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.391.218,90)
Estorno de Capital	(778,36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(778,36)
Reversões de Reservas	0,00	0,00	0,00	(145.760,00)	0,00	0,00	(145.760,00)
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.329.241,70	2.329.241,70
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(875.790,59)	(875.790,59)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	855.985,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.985,41
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	872.070,67	0,00	0,00	(872.070,67)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(72.672,56)	(72.672,56)
Saldos em 31/12/2020	34.961.149,56	(1.417.537,58)	11.632.625,70	0,00	60.567,81	508.707,88	45.745.513,37

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	34.961.149,56	(1.417.537,58)	11.632.625,70	0,00	60.567,81	508.707,88	45.745.513,37
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(108.707,88)	(108.707,88)
Distribuição de sobras para associados	393.561,59	0,00	0,00	0,00	0,00	(400.000,00)	(6.438,41)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.208.361,14	(246.549,57)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.961.811,57
Por Devolução (-)	(3.197.611,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.197.611,38)
Estorno de Capital	(2.246,42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.246,42)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.552,50	191.552,50
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.210.791,82	4.210.791,82
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.491.075,08)	(1.491.075,08)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.461.070,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.461.070,14
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.631.830,04	0,00	0,00	(1.631.830,04)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(135.985,84)	(135.985,84)
Saldos em 31/12/2021	36.824.284,63	(1.664.087,15)	13.264.455,74	0,00	60.567,81	1.143.453,36	49.628.674,39



	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/06/2021	35.137.765,00	(1.602.643,85)	11.632.625,70	0,00	60.567,81	1.774.080,74	47.002.395,40
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.511.869,25	(61.443,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450.425,95
Por Devolução (-)	(1.285.102,75)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.285.102,75)
Estorno de Capital	(1.317,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.317,01)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.552,50	191.552,50
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.362.050,13	1.362.050,13
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(416.414,13)	(416.414,13)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.461.070,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.461.070,14
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.631.830,04	0,00	0,00	(1.631.830,04)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(135.985,84)	(135.985,84)
Saldos em 31/12/2021	36.824.284,63	(1.664.087,15)	13.264.455,74	0,00	60.567,81	1.143.453,36	49.628.674,39

4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS

DESCRIÇÃO	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.408.780,90	4.311.970,69	2.460.512,19
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(901.776,96)	(812.348,42)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.269.939,52	8.675.321,98	9.338.991,90
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	67.954,10	149.234,86	1.911,51
Provisões/Reversões para Contingências	141.883,30	112.243,21	81.378,03
Depreciações e Amortizações	446.775,95	909.708,86	919.623,91
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	7.335.333,77	13.256.702,64	11.990.069,12
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(7.993.397,27)	(17.350.261,66)	(24.643.804,05)
Outros Ativos Financeiros	(526.919,32)	(743.981,79)	(350.665,17)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(3.201,56)	2.240,93	2.140,13
Outros Ativos	813.424,18	844.168,11	(100.650,64)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Depósitos à Vista	1.132.903,90	3.621.522,94	4.816.934,49
Depósitos sob Aviso	(24.710,37)	(23.934,62)	(115.714,65)
Depósitos à Prazo	2.400.480,78	(376.206,07)	10.068.189,32
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.638.108,44)	(936.451,58)	(1.053.106,36)
Outros Passivos Financeiros	(70.916,45)	(63.053,01)	106.051,83
Provisões	(10.644,05)	(24.923,96)	(37.458,03)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	18.730,58	43.197,84	(20.418,20)
Outros Passivos	(750.776,21)	(159.084,03)	561.743,03
FATES - Atos Cooperativos	(135.985,84)	(135.985,84)	(72.672,56)
Outras Destinações	-	(108.707,88)	-
Imposto de Renda	(22.978,17)	(52.128,77)	(74.441,62)
Contribuição Social	(23.752,60)	(49.050,10)	(56.828,87)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(500.517,07)	(2.255.936,85)	1.019.367,77
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Distribuição de Sobras da Central	-	901.776,96	812.348,42
Aquisição de Intangível	-	(1.399,94)	(76.307,32)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(109.216,18)	(207.954,64)	80.073,77
Aquisição de Investimentos	(1.338.606,96)	(3.578.990,88)	(1.146.814,90)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.447.823,14)	(2.886.568,50)	(330.700,03)

5. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/07/1996, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB**, sediado à **QUADRA CLN 116 BLOCO H, N°, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF**, possui 5 Postos de Atendimento (PAs) em **BRASÍLIA – DF** e 1 ponto de atendimento (PA) em **ALEXÂNIA - GO**.

O **SICOOB** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital	1.450.425,95	2.961.811,57	3.318.702,41
Devolução de Capital à Cooperados	(1.285.102,75)	(3.197.611,38)	(2.391.218,90)
Estorno de Capital	(1.317,01)	(2.246,42)	(778,36)
Distribuição de sobras para associados	-	(6.438,41)	(7.262,31)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.461.070,14	1.461.070,14	855.985,41
Reversões de Fundos	191.552,50	191.552,50	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	(332.009,32)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.816.628,83	1.408.138,00	1.443.418,93
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	(131.711,38)	(3.734.367,35)	2.132.086,67
MODIFICAÇÕES LÍQUIDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	38.512.848,56	42.115.504,53	39.983.417,86
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	38.381.137,18	38.381.137,18	42.115.504,53
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(131.711,38)	(3.734.367,35)	2.132.086,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 26/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do **SICOOB**, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O **SICOOB** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O **SICOOB** envida todos os esforços para prover a segurança dos colaboradores, conselheiros, prestadores de serviços, fornecedores, terceirizados e, conseqüentemente, seus familiares, sem prejuízo do atendimento de qualidade que a Cooperativa sempre perseguiu, sobretudo num momento em que o apoio aos associados é fator determinante para sua sustentabilidade e dos seus Stakeholders. Convém destacar as ações para preservação do Emprego e da Renda, tais como a adoção de todas as recomendações da nota técnica conjunta 02/2020 – PGT/CODEMAT/CONAP de 14/03/2020, que possibilitou a flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores expostos a risco muito alto, alto ou médio de infecção e/ou ausência do trabalho, trabalho à distância ou distanciamento dos empregados dentro do ambiente de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela Cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.



h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.810.875,10	969.056,82
Relações interfinanceiras - centralização financeira	36.570.262,08	41.146.447,71
TOTAL	38.381.137,18	42.115.504,53

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB PLANALTO CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

DESCRIÇÃO	2ºSEM/2021	31/12/2021	2ºSEM/2020	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.251.425,07	1.767.358,68	404.968,94	1.094.069,47

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2021			31/12/2020		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Empréstimos e Títulos descontados	37.818.811,82	113.609.614,72	151.428.426,54	35.973.283,09	106.134.379,75	142.107.662,84
Financiamentos	750.148,93	1.250.089,64	2.000.238,57	453.873,39	778.409,76	1.232.283,15
Total de Operações de Crédito	38.568.960,75	114.859.704,36	153.428.665,11	36.427.156,48	106.912.789,51	143.339.945,99
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.483.620,23)	(10.112.913,34)	(14.596.533,57)	(5.468.480,31)	(8.097.996,37)	(13.566.476,68)
TOTAL	34.085.340,52	104.746.791,02	138.832.131,54	30.958.676,17	98.814.793,14	129.773.469,31

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL/ PERCENTUAL DE RISCO/ SITUAÇÃO	EMPRÉSTIMO TD	FINANCIAMENTOS	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES 31/12/2021	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2020
AA - NORMAL	20.175.054,60	118.326,76	20.293.381,36		19.120.211,03	
A 0,5% NORMAL	43.748.926,98	255.313,34	44.004.240,32	(220.021,20)	49.174.116,57	(245.870,58)
B 1% NORMAL	35.568.473,45	635.022,26	36.203.495,71	(362.034,96)	25.855.545,32	(258.555,45)
B 1% VENCIDAS	369.855,14	-	369.855,14	(3.698,55)	1.363.829,88	(13.638,30)
C 3% NORMAL	21.959.024,90	155.047,30	22.114.072,20	(663.422,17)	19.683.141,92	(590.494,26)
C 3% VENCIDAS	503.163,71	-	503.163,71	(15.094,91)	933.770,61	(28.013,12)
D 10% NORMAL	10.144.607,13	409.832,78	10.554.439,91	(1.055.443,99)	10.126.212,58	(1.012.621,26)
D 10% VENCIDAS	1.122.005,62	18.967,19	1.140.972,81	(114.097,28)	1.056.899,43	(105.689,94)
E 30% NORMAL	2.956.586,30	-	2.956.586,30	(886.975,89)	3.267.739,87	(980.321,96)
E 30% VENCIDAS	1.354.031,28	-	1.354.031,28	(406.209,38)	2.019.756,87	(605.927,06)
F 50% NORMAL	3.337.801,28	6.248,43	3.344.049,71	(1.672.024,86)	841.099,75	(420.549,88)
F 50% VENCIDAS	1.086.019,62	21.875,17	1.107.894,79	(553.947,40)	681.395,66	(340.697,83)
G 70% NORMAL	528.854,70	38.468,84	567.323,54	(397.126,48)	398.268,25	(278.787,78)
G 70% VENCIDAS	1.914.198,54	314.878,15	2.229.076,69	(1.560.353,68)	442.165,57	(309.515,90)
H 100% NORMAL	4.312.344,63	-	4.312.344,63	(4.312.344,63)	2.597.738,02	(2.597.738,02)
H 100% VENCIDAS	2.347.478,66	26.258,35	2.373.737,01	(2.373.737,01)	5.778.054,66	(5.778.054,66)
Total Normal	142.731.673,97	1.618.259,71	144.349.933,68	(9.569.394,18)	131.064.073,31	(6.384.939,19)
Total Vencidos	8.696.752,57	381.978,86	9.078.731,43	(5.027.138,21)	12.275.872,68	(7.181.536,81)
Total Geral	151.428.426,54	2.000.238,57	153.428.665,11	(14.596.533,57)	143.339.945,99	(13.566.476,68)
Provisões	(14.253.712,30)	(342.821,27)	(14.596.533,57)		(13.566.476,68)	
Total Líquido	137.174.714,24	1.657.417,30	138.832.131,54		129.773.469,31	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

TIPO	ATÉ 90	DE 91 A 360	ACIMA DE 360	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	13.605.990,00	24.212.821,82	113.609.614,72	151.428.426,54
Financiamentos	230.685,56	519.463,37	1.250.089,64	2.000.238,57
TOTAL	13.836.675,56	24.732.285,19	114.859.704,36	153.428.665,11

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	FINANCIAMENTO	31/12/2021	% DA CARTEIRA
Setor Privado - Comércio	253.595,14	-	253.595,14	0,17%
Setor Privado - Serviços	42.702.724,67	1.072.486,00	43.775.210,67	28,53%
Pessoa Física	108.472.106,73	927.752,57	109.399.859,30	71,30%
TOTAL	151.428.426,54	2.000.238,57	153.428.665,11	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	13.566.476,68	9.041.986,28
Constituições/Reversões no período	8.584.430,02	9.429.999,83
Transferência para prejuízo no período	(7.554.373,13)	(4.905.509,43)
SALDO FINAL	14.596.533,57	13.566.476,68

f) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% DA CARTEIRA	31/12/2020	% DA CARTEIRA
Maior Devedor	2.347.273,56	1,52%	2.220.749,66	1,54%
10 Maiores Devedores	13.921.362,78	9,03%	13.347.062,07	9,28%
50 Maiores Devedores	32.522.356,83	21,11%	31.875.939,20	22,17%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	16.247.321,57	12.655.927,39
Valor das operações transferidas no período	7.554.373,13	4.905.509,43
Valor das operações recuperadas no período	(4.206.651,19)	(1.142.603,47)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(415.059,82)	(171.511,78)
SALDO FINAL	19.179.983,69	16.247.321,57

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito" (Nota 21).

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de (R\$96.865.593,42), Em 31/12/2020 foi (R\$92.092.466,37) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	13.566.476,68	9.041.986,28
Constituições/Reversões no período	8.584.430,02	9.429.999,83
Transferência para prejuízo no período	(7.554.373,13)	(4.905.509,43)
SALDO FINAL	14.596.533,57	13.566.476,68

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$4.945,85), Rendas de Cartões (R\$176.572,03) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central em janeiro/2022 (R\$320.797,96) e outros (R\$18.279,50);

c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$50.315,60).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(358.631,50)	(267.739,48)
TOTAL	(358.631,50)	(267.739,48)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

NÍVEL/PERCENTUAL DE RISCO/SITUAÇÃO	AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES 31/12/2021	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2020
E 30% NORMAL	26.570,95	26.570,95	(7.971,29)	25.258,66	(7.577,60)
E 30% VENCIDAS	71.765,77	71.765,77	(21.529,73)	27.972,25	(8.391,68)
F 50% NORMAL	6.885,16	6.885,16	(3.442,58)	991,71	(495,86)
F 50% VENCIDAS	15.135,55	15.135,55	(7.567,78)	20.117,42	(10.058,71)
G 70% NORMAL	-	-	-	2.060,13	(1.442,09)
G 70% VENCIDAS	164.029,73	164.029,73	(114.820,81)	18.074,77	(12.652,34)
H 100% NORMAL	-	-	-	5.097,97	(5.097,97)
H 100% VENCIDAS	203.299,28	203.299,28	(203.299,28)	222.023,21	(222.023,21)
Total Normal	33.456,11	33.456,11	(11.413,87)	33.408,47	(14.613,52)
Total Vencidos	454.230,33	454.230,33	(347.217,60)	288.187,65	(253.125,94)
Total Geral	487.686,44	487.686,44	(358.631,50)	321.596,12	(267.739,48)
Provisões	(358.631,46)	(358.631,50)		(267.739,48)	
Total Líquido	129.054,98	129.054,98		53.856,67	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	4.088,96	6.329,89
TOTAL	4.088,96	6.329,89

8. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	56.612,24	26.197,18
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1.939,12	2.049,03
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	81.562,20
Devedores Diversos – País (a)	9.545,20	42.762,34
Material em Estoque	37.279,63	48.083,75
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.600.000,00	1.995.343,82
Despesas Antecipadas (c)	118.786,34	472.332,32
TOTAL	1.824.162,53	2.668.330,64

a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$3.231,10), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$112,00) e outros (R\$6.202,10);

b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros (R\$37.565,74), Auxílio alimentação (R\$74.771,40) e Auxílio transportes (R\$6.449,20).



9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	4.088,96	6.329,89
TOTAL	4.088,96	6.329,89

a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

10. Imobilizado de Uso

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	TAXA DEPRECIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	5.030.560,00	5.030.560,00
Instalações	10%	594.912,46	594.912,46
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.620.612,33	1.606.611,78
Sistema de Processamento de Dados	20%	997.965,89	918.782,98
Sistema de Segurança	10%	352.993,80	352.993,80
Sistema de Transporte	20%	60.497,08	102.787,08
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.693.991,60	1.580.416,42
Total de Imobilizado de Uso		10.351.533,16	10.187.064,52
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.040.372,03)	(839.149,55)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(346.209,89)	(290.558,85)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.923.534,27)	(1.621.580,74)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(60.497,08)	(102.787,08)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.085.923,73)	(760.523,03)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.456.537,00)	(3.614.599,25)
TOTAL		5.894.996,16	6.572.465,27

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o intangível estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento de Dados	137.473,58	164.265,15
Licenças E Direitos Autorais e de Uso	24.240,00	24.240,00
Total de Intangível	161.713,58	188.505,15
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(159.388,58)	(163.294,98)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(159.388,58)	(163.294,98)
TOTAL	2.325,00	25.210,17

12. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Depósito à Vista	28.420.772,70	-	24.799.249,76	-
Depósito Sob Aviso	37.373,82	-	61.308,44	-
Depósito a Prazo	88.478.880,19	3.091.102,02	91.592.530,74	353.657,54
TOTAL	116.937.026,71	3.091.102,02	116.453.088,94	353.657,54

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	8.547.934,13	7,19%	11.645.827,32	10,04%
10 Maiores Depositantes	27.139.576,13	22,82%	27.748.141,55	23,93%
50 Maiores Depositantes	54.726.456,51	46,02%	52.643.490,89	45,40%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.454,68)	(2.230,43)	(621,64)	(2.133,25)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.480.658,36)	(3.740.363,14)	(1.456.841,18)	(3.511.823,16)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(88.987,87)	(174.254,69)	(84.301,00)	(159.902,79)
TOTAL	(2.571.100,91)	(3.916.848,26)	(1.541.763,82)	(3.673.859,20)

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

INSTITUIÇÕES	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	19.206.672,63	19.973.706,50
Banco Sicoob	13.671.898,95	13.841.316,66
TOTAL	32.878.571,58	33.815.023,16

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(542.494,51)	(542.494,51)	(151.398,79)	(151.398,79)
Cooperativa Central	(642.644,47)	(642.644,47)	(188.469,79)	(188.469,79)
Outras Instituições	-	(685.926,25)	-	(700.414,50)
TOTAL	(1.185.138,98)	(1.871.065,23)	(339.868,58)	(1.040.283,08)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	500,00	1.541,20
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51.959,29	154.261,33
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	40.587,16	296,93
TOTAL	93.046,45	156.099,46

a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a outros (R\$500,00);

b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$40.237,86) e Aplicações - IOF (R\$349,30).

15. Instrumentos Financeiros

O SICOOB opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Depósito à Vista	412.875,97	1.991,45	260.773,66	4.858,90
Provisão Para Contingências	131.239,25	-	43.920,00	-
TOTAL	544.115,22	1.991,45	304.693,66	4.858,90

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	12.140.997,54	10.656.474,13
TOTAL	12.140.997,54	10.656.474,13

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Demandas Judiciais	131.239,25	43.920,00
TOTAL	131.239,25	43.920,00



Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB**, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando (R\$688.694,94). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	13.630,91	13.765,46
Impostos e Contribuições sobre Salários	246.484,90	187.523,32
Outros	24.260,51	39.889,70
TOTAL	284.376,32	241.178,48

18. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	2.831.334,12	1.434.708,02
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	46.756,27	57.999,79
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.029.813,46	1.397.498,63
Credores Diversos – País (c)	1.134.405,69	820.112,05
TOTAL	5.042.309,54	3.710.318,49



a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	342.790,67	214.417,33
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.377.526,25	1.034.041,37
Fundos Voluntários (a.3)	111.017,20	186.249,32
TOTAL	2.831.334,12	1.434.708,02

a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) Refere-se a fundos voluntários de Desenvolvimento e Divulgação - Em 2021 houve um aporte de (R\$108.707,88) e gastos de (R\$183.940,00).

b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$822.881,61) e outros (R\$206.931,85);

c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$178.525,80), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$108.747,00), Saldo Credores - Encerramento C/C (R\$175.476,80), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$57.288,44) e outros – fundo de patrocínio (R\$614.367,65).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	35.160.197,48	33.543.611,98
Associados	11.497,00	11.382,00

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/03/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 21% para Fundo voluntário, no valor de R\$108.707,88;
- 79% para Conta Capital, no valor de R\$400.000,00;

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	2.820.895,61	1.584.721,60
(-) IRPJ/CSLL	(101.178,87)	(131.270,49)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.719.716,74	1.453.451,11
Destinações estatutárias	(1.767.815,88)	(944.743,23)
Reserva legal - 60%	(1.631.830,04)	(872.070,67)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(135.985,84)	(72.672,56)
Sobras antes da Reversão do Fates	951.900,86	508.707,88
Reversão da utilização do Fates	191.552,50	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.143.453,36	508.707,88

20. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de (R\$1.491.075,08). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, art. 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

21. Receitas de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	27.579,54	51.554,76	18.765,93	47.375,43
Rendas de Empréstimos	12.766.863,47	25.011.221,46	12.769.373,19	26.393.481,78
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.510,39	32.357,56	12.770,99	66.388,95
Rendas de Financiamentos	143.082,69	280.004,63	126.213,10	344.796,05
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	117,99	181,68	56,92	167,36
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.224.627,81	4.231.276,14	899.587,59	1.183.239,39
(-) Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1.000,00)	(2.000,00)	(1.000,00)	(2.000,00)
TOTAL	16.177.781,89	29.604.596,23	13.825.767,72	28.033.448,96

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas De Captação	(2.571.100,91)	(3.916.848,26)	(1.541.763,82)	(3.673.859,20)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.185.138,98)	(1.871.065,23)	(339.868,58)	(1.040.283,08)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.299.618,04	5.028.897,90	2.953.928,25	5.645.108,66
Reversões de Provisões para Outros Créditos	17.634,80	36.253,67	66.812,61	98.907,09
Provisões para Operações de Crédito	(7.281.212,68)	(13.320.497,33)	(8.011.251,34)	(14.630.173,27)
Provisões para Outros Créditos	(305.979,68)	(419.976,22)	(187.395,61)	(452.834,38)
TOTAL	(9.026.179,41)	(14.463.235,47)	(7.059.538,49)	(14.053.134,18)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Cobrança	273.443,74	577.503,60	336.467,81	547.002,12
Rendas de Garantias Prestadas	-	2.000,00	-	-
Rendas de Outros Serviços	844.821,43	1.716.157,63	756.728,57	1.707.808,19
TOTAL	1.118.265,17	2.295.661,23	1.093.196,38	2.254.810,31

24. Rendas de Tarifas

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	51.868,87	107.421,36	54.820,40	92.914,89
Rendas de Serviços Prioritários - PF	133.089,50	311.536,80	312.237,30	620.294,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	105,00	5.425,95	-	104,50
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	196.863,40	442.621,10	353.165,50	748.839,80
TOTAL	381.926,77	867.005,21	720.223,20	1.462.153,59

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(37.560,00)	(89.795,00)	(45.000,00)	(90.645,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(790.754,10)	(1.426.963,59)	(679.014,96)	(1.280.690,80)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(834.617,97)	(1.645.186,14)	(824.264,54)	(1.739.987,69)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(823.813,77)	(1.573.271,69)	(745.368,55)	(1.586.875,82)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.118.119,61)	(4.002.087,88)	(2.053.061,12)	(4.230.033,58)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.224,52)	(11.852,22)	(24.375,74)	(53.370,16)
TOTAL	16.177.781,89	29.604.596,23	13.825.767,72	28.033.448,96

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(55.627,64)	(103.448,08)	(48.520,83)	(103.030,59)
Despesas de Aluguéis	(372.121,60)	(737.103,33)	(329.908,64)	(630.112,12)
Despesas de Comunicações	(106.560,18)	(213.799,03)	(132.965,16)	(354.618,30)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(138.586,39)	(286.020,47)	(160.707,14)	(337.404,74)
Despesas de Material	(9.102,30)	(18.451,14)	(7.857,39)	(28.247,82)
Despesas de Processamento de Dados	(425.276,18)	(1.126.707,95)	(953.797,08)	(1.724.170,29)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-	-	(2.966,78)	(11.974,42)
Despesas de Propaganda e Publicidade	-	(31.900,00)	(99.769,70)	(176.246,20)
Despesas de Publicações	(500,00)	(1.030,00)	(260,00)	(2.410,00)
Despesas de Seguros	(43.608,52)	(87.732,53)	(50.219,66)	(99.669,00)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(729.288,25)	(1.434.119,45)	(710.448,05)	(1.673.763,53)
Despesas de Serviços de Terceiros	(152.706,71)	(305.001,79)	(163.686,81)	(307.862,18)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(149.159,54)	(299.993,11)	(153.932,39)	(307.316,24)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(105.946,72)	(204.296,48)	(129.054,75)	(238.248,50)
Despesas de Transporte	(54.866,28)	(119.581,21)	(72.607,55)	(146.281,85)
Despesas de Viagem no País	-	-	(964,60)	(1.464,92)
Despesas de Amortização	(6.975,00)	(24.285,11)	(15.110,25)	(51.097,15)
Despesas de Depreciação	(439.800,95)	(885.423,75)	(442.202,94)	(868.526,76)
Outras Despesas Administrativas	(1.019.066,15)	(1.999.126,51)	(867.570,55)	(1.838.385,49)
TOTAL	(3.809.192,41)	(7.878.019,94)	(4.342.550,27)	(8.900.830,10)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	35.521,90	83.320,09	33.236,76	57.052,09
Distribuição de sobras da central	-	901.776,96	-	812.348,42
Outras rendas operacionais	-	3.580,75	-	734,50
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	613.502,09	1.299.960,68	734.952,29	1.709.700,59
TOTAL	649.023,99	2.288.638,48	768.189,05	2.579.835,60

28. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(11.906,85)	(97.957,93)	(2.561,51)	(10.398,66)
Outras Despesas Operacionais	(279.767,17)	(527.240,63)	(260.996,82)	(488.955,99)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(52.660,90)	(101.798,60)	(43.808,70)	(87.430,30)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(21.058,61)	(30.591,49)	(3.997,22)	(7.215,86)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(1.984,98)	(2.295,94)	(2.623,08)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(2.619,18)	(2.619,18)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	-	(5.329,08)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(208,29)	(375,94)	-	(28,14)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(62,71)	-	-
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(7.612,50)	(7.612,50)	-	-
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(102.580,00)	(183.940,00)	-	-
TOTAL	(475.794,32)	(951.564,78)	(316.279,37)	(604.600,29)

29. Despesas com Provisões

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(141.883,30)	(112.243,21)	5.071,91	(81.378,03)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(141.883,30)	(141.883,30)	-	(73.175,28)
Provisões para Contingências - Sucumbências	-	(12.308,24)	-	(13.274,66)
Reversões de Provisões para Contingências	-	41.948,33	5.071,91	5.071,91
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(67.954,10)	(149.234,86)	(13.236,00)	(1.911,51)
Provisões para Garantias Prestadas	(281.946,62)	(528.084,11)	(188.539,81)	(362.023,17)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	213.992,52	378.849,25	175.303,81	360.111,66
TOTAL	(209.837,40)	(261.478,07)	(8.164,09)	(83.289,54)

30. Outras Receitas e Despesas

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	39.127,84	39.127,84	-	-
Ganhos de Capital	25.922,55	58.554,71	7.166,72	51.448,51
Ganhos de Aluguéis	-	-	-	1.170,00
(-) Perdas de Capital	-	(14.294,94)	(12.325,66)	(20.513,64)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(10.073,55)	(75.810,18)	(61.997,82)	(76.279,69)
TOTAL	54.976,84	7.577,43	(67.156,76)	(44.174,82)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n.º 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	12.186,39	0,0098%	60,93
TOTAL	12.186,39	0,0098%	60,93
Montante das Operações Passivas	14.698.035,25	16,1192%	-

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,0104%
Aplicações Financeiras	16,1192%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Empréstimos	13.890,35	69,45	0,0093%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA (%)
Depósitos a Vista	274.584,63	0,9871%	0%
Depósitos a Prazo	12.885.218,69	14,0657%	0,8120%



c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS MÉDIAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS a.m.	PRAZO MÉDIO (a.m.)
Empréstimos	1,6400%	22,50
Aplicação Financeira - Pré Fixada (% CDI)	0,5555%	165,05
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	107,4049%	93,20

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SUBMODALIDADE BACEN	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	151.097,83	154.258,96

e) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(85.105,00)	(168.281,44)	(69.938,43)	(137.351,33)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(790.754,10)	(1.426.963,59)	(679.014,96)	(1.280.690,80)
F.G.T.S. Diretoria	(43.682,36)	(85.242,52)	(35.235,30)	(68.463,98)
Plano de Saúde	(8.136,72)	(8.136,72)	-	-

33. Cooperativa Central

O **SICOOB**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	36.570.262,08	41.146.447,71
Ativo - Investimentos	22.862.406,43	19.283.415,55
Total das Operações Ativas	59.432.668,51	60.429.863,26
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.206.672,63	19.973.706,50
TOTAL DE OPERAÇÕES ATIVAS	19.206.672,63	19.973.706,50

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.251.425,07	1.767.358,68	404.968,94	1.094.069,47
Total das Receitas	1.251.425,07	1.767.358,68	404.968,94	1.094.069,47
Rateio de Despesas da Central	(630.223,23)	(1.256.039,76)	(532.045,68)	(1.161.379,46)
TOTAL DAS DESPESAS	(630.223,23)	(1.256.039,76)	(532.045,68)	(1.161.379,46)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;



- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.2 Risco de Crédito

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.





34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O **Sicoob** dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.



34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	27.143.671,89	26.436.887,65
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	142.567.404,75	139.443.833,95
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	19,03%	18,95%
Imobilizado para cálculo do limite	5.894.996,16	6.572.465,27
Índice de imobilização (limite 50%) %	21,71%	24,86%

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(14.669,52)	(28.877,16)	(18.256,55)	(37.161,81)
TOTAL	(14.669,52)	(28.877,16)	(18.256,55)	(37.161,81)

Silvia Regina Alves da Silva
Diretora-Presidente

Rosilene Pontes Lima
Diretora Administrativa-Financeira

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC-DF 7534

3

PARECER DA AUDITORIA

A auditoria das demonstrações contábeis de uma cooperativa de crédito, tem por objetivo dar a transparência e credibilidade necessária aos associados e demais interessados, sobre a sua situação patrimonial e financeira, bem como o resultado apurado no semestre/exercício.

Os trabalhos técnicos de auditoria são planejados e executados de acordo com as normas brasileiras de auditoria, e requer a compreensão dos negócios das cooperativas visando atender ao máximo às expectativas da relação custo-benefício, assim como ser realizada de maneira segura e uniforme.

Contribuindo com observações e recomendações, a auditoria, independente, se torna eficaz, pois desta forma agrega valor as cooperativas, contribuindo para tornar a gestão mais eficiente. O trabalho do auditor independente deve ser um instrumento de referência da administração para direcionar suas ações no processo de gestão e projetar o futuro da cooperativa.



RELATÓRIO DE AUDITORIA



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – SICCOB - Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. - SICCOB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 16 de março de 2022.



A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo'.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC 0194841/O-4
CNAI 2090

4

PARECER DO CONSELHO FISCAL



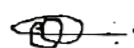
Anualmente o Conselho Fiscal divulga seu parecer sobre as avaliações do exercício da cooperativa.

É uma segurança ainda maior dos números apresentados aos associados, pois evidencia as boas práticas de governança e visa, especialmente, afirmar que os controles internos e transparência estão de acordo com o que as normas do Banco Central exigem.

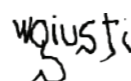
Parecer do conselho fiscal do Sicoob CrediEmbrapa sobre as demonstrações contábeis alusivas ao primeiro e segundo semestres de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – Sicoob e de conformidade com as atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social, procedemos a análise das Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 2020 e 2021, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas Acumulado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultado Abrangente e Notas Explicativas; assinados pelo contador do SICOOB PLANALTO CENTRAL Jorge Luiz Moreira, CRC-DF 7534, em 31/12/2021 e Parecer da Auditoria Independente elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC, emitido em 16 de março de 2022, assinado por Diego Rabelo Silva Toledo, contador, CRC-DF 019481/0-4, CNAI 2090, que emite opinião sobre a adequabilidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa. Este Conselho Fiscal, com base nestas afirmativas e nas análises mensais efetuadas nos balancetes e Relatórios, e ainda, sopesando as limitações naturais decorrentes da estrutura e atribuições deste Confis, entende que os documentos acima citados refletem de forma adequada a situação da Cooperativa nas suas atividades realizadas no ano em análise. Assim, somos favoráveis e recomendamos a aprovação das contas referentes ao exercício de 2021, pela Assembleia Geral Ordinária.

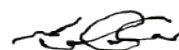
Brasília/DF, 24 de março de 2022.



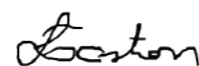
Cleuber Oliveira
Presidente



Waldir Marques Giusti
Conselheiro Titular



Fabiano Roza Cavour
Conselheiro Titular



Luiz Antônio Teston
Conselheiro Suplente

CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS UTÍIS

Agência Virtual:

Telefones: (61) 2107 4000 | 0800 724 4000

WhatsApp: (61) 9 9984 2551

E-mail: agenciavirtual@sicoobcrediembrapa.com.br

Site e Aplicativos:

Site: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa

Aplicativos: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/canaisdigitais

Redes Sociais:

Instagram: [instagram.com/sicoobcrediembrapa](https://www.instagram.com/sicoobcrediembrapa)

Facebook: [facebook.com/SicoobCrediEmbrapa](https://www.facebook.com/SicoobCrediEmbrapa)

Twitter: twitter.com/crediembrapa

LinkedIn: [linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa](https://www.linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa)

Políticas e Segurança:

Políticas: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/resolucoes

Segurança: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/seguranca

Canal Anônimo de Denúncias: shorturl.at/hDFR6

Ouvidoria: ouvidoria.sicoob.com.br



